

## **O ORGULHO DE PODER GRITAR “EU SOU NEGRA”: A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NA OBRA *A MENINA QUE NASCEU SEM COR* (2020), DE MIDRIA**

*THE PRIDE OF BEING ABLE TO SHOUT “I AM BLACK”: THE IDENTITY ASSERTION IN THE BOOK *A GAROTA QUE NASCEU SEM COR* (2020), BY MIDRIA*

Natália Felícia Vieira  <https://orcid.org/0000-0002-3486-2085>  
Universidade Estadual de Maringá  
nataliafeliciavieira@gmail.com

Érica Fernandes Alves  <https://orcid.org/0000-0002-7691-2976>  
Departamento de Letras Modernas- Universidade Estadual de Maringá  
efalves@uem.br

D.O.I: <http://doi.org/10.5281/zenodo.13562294>

Recebido em 09 de fevereiro de 2024

Aceito em 27 de março de 2024

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir a afirmação da identidade racial na obra infantojuvenil brasileira *A menina que nasceu sem cor* (2020), da poeta Midria. A autora, por meio da narrativa, registra os caminhos que fizeram a personagem se entender como negra e a reivindicar a potência de suas raízes. Como método, a pesquisa adota uma abordagem de revisão bibliográfica e análise interpretativa relacionada à teoria Pós-Colonial, com o intuito de confirmar a importância dos aspectos relacionados às subjetividades de crianças e de adolescentes negras e negros que sentem que não são pertencentes ao mundo desde pequenos. Como aporte teórico utilizamos as discussões de Hall (2006), Kilomba (2019), de Devulsky (2021), de Adichie (2019), dentre outros teóricos que se fizeram necessários. Assim, infere-se a necessidade de questionar uma visão de mundo eurocêntrica que tenta apagar a subjetividade de pessoas negras e que tentam apagar da história grupos que também participaram do processo de formação do Brasil.

**Palavras-Chaves:** Identidade. Raízes. Cor.

**Abstract:** This article aims to discuss the racial identity assertion in the Brazilian children's book *A Menina que Nasceu Sem Cor* (2020), by the poet Midria. The author, through the narrative, records the paths which made the character understand herself as a black person and claim the power of her roots. As a method, the research adopts a bibliographic review and interpretative analysis approach related to Post-Colonial Theory, in order to state the importance of aspects related to black children and adolescents' subjectivities, who feel that do not belong to the world since they are very young. As a theoretical support, we used the discussions by Hall (2006), Kilomba (2019), Deyulsky (2021), Adichie (2019), among others. Thus, the need to question a Eurocentric worldview that tries to erase the subjectivity of black people and that tries to erase from history groups that also participated in the process of forming Brazil is inferred.

**Keywords:** Identity. Roots. Color.

## 1. Introdução

O desenvolvimento das literaturas infantil e juvenil focadas na diversidade e na inclusão de vozes silenciadas, cujas identidades foram distorcidas, marca um processo histórico de subversão de uma história única, que não representa as maiorias minorizadas e amplia outros enfoques, como o racial. De acordo com Santos (2020), o termo maioria minorizada diz respeito “ao grupo social majoritariamente formado por pretos e pardos (negros) conforme categorização do IBGE que, embora conformem a maioria demográfica brasileira, constitui-se minoria em termos de acesso a direitos, serviços públicos, representação política [...]” (Santos, 2020, p. 23).

Em um artigo publicado em 2005, Gouvêa analisa as representações sociais sobre o sujeito negro na literatura destinada ao público infantil, no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX. A partir da análise de dezessete títulos, a teórica identifica similaridades entre as representações e as práticas culturais dirigidas aos adultos da época. Entre as décadas de 1920-30, é consolidada a produção da literatura infantil, com ânsia de uma identidade própria, uma vez que as produções simbólicas do período exaltavam a brasilidade e, erroneamente, consideravam que o atraso do país se devia à sua composição étnico-cultural. É partir de 1930 que é possível notar a presença de personagens negros na literatura infantil, porém, de forma estereotipada, além da descrição a partir da percepção e do interesse da cultura branca dominante.

No século XX, considerando o contexto literário descrito pela teórica, havia, por parte de vários setores da sociedade, estratégias de embranquecimento e de mestiçagem, bem como o reforço dos estereótipos, que, para, além disso, é um problema estrutural e cotidiano que persiste há mais de 500 anos. Isso reflete, então, na formação da sociedade nacional (Gouvêa, 2005), que envolve por discursos raciais e excludentes, tende a naturalizar a posição subalterna de grupos ditos ‘minoritários’.

A literatura infantojuvenil desempenha um papel crucial como ferramenta de aprendizado nas escolas. Contudo, a ausência de representatividade de sujeitos minorizados em suas páginas resulta na invisibilidade desses grupos não apenas no contexto cultural, mas também no social. Isso ocorre porque, frequentemente, é por meio da literatura que normas, comportamentos, culturas e políticas são transmitidas e internalizadas, desde a tenra infância. Nesse sentido, a falta de diversidade nas obras infantis e juvenis perpetua estereótipos e preconceitos, contribuindo para a manutenção da marginalização de determinados grupos na sociedade.

Além disso, considerando a Lei Federal 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, torna-se ainda mais evidente a necessidade de se pensar em obras que sirvam como subsídios para a construção de uma educação antirracista, inclusiva. A literatura, quando inclui narrativas que representam a pluralidade étnico-racial brasileira, torna-se uma aliada fundamental na promoção da igualdade e no combate ao racismo, pois incute no imaginário popular ideais contrários e alternativos aos já sedimentados em torno de sujeitos cujas características físicas, principalmente, espelham padrões eurocêntricos, estes, heranças de uma sociedade colonizada.

A partir da segunda metade do século XX, surgem teorias e movimentos sociais que questionam esse ideário de sujeito monolítico, estando ele presente, na maioria das vezes, nas narrativas infantojuvenis. No final do referido século, movido pelas políticas públicas criadas em torno dos direitos civis de negros, mulheres, indígenas e a comunidade LGBTQIAPN+ e os movimentos em busca de tais direitos, o teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-*

*modernidade* (2006), apresenta um fenômeno denominado de deslocamento do sujeito. Em suas palavras é:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (Hall, 2006, p. 9).

Essa mudança de paradigma na forma como concebemos os sujeitos não se limita aos livros, uma vez que sustenta, e (re)cria quem pode escrever, quem pode ser o ou a protagonista de determinada obra, quem representa perigo, quem é selvagem, primitivo ou exótico. Ademais, o teórico argumenta que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas, no interior da representação” (Hall, 2006, p. 48). Desse modo, tanto a “ausência” de escritores e de personagens negros, bem como as descrições estereotipadas racistas e sexistas em prol da branquitude na literatura colocam os sujeitos negros como “Outra/o”, ou seja, marca “a diferença contra a qual *o sujeito branco* é medido” (Kilomba, 2019, p. 78, grifos da autora).

Ao focar na questão da representatividade como subversão da hegemonia branca, que há tempos permeia a literatura infantil e juvenil, observa-se a necessidade da inserção de livros que favoreçam a pluralidade de vozes. Essa pluralidade garante à criança e ao adolescente a oportunidade de entrarem em contato outras realidades diferentes da suas, valorizando suas identidades e culturas. Nesse sentido, a autora elencada nesta pesquisa, Midria, representa esse movimento de descentramento cultural e enaltecimento do sujeito negro.

Midria é paulistana da Zona Leste, estudante de Ciências Sociais na Universidade Estadual de São Paulo (USP), poeta, slammer<sup>1</sup>, slammaster<sup>2</sup> do Slam USPerifa e membra do Sarau do Vale. Em 2018, participou do programa televisivo “Manos & Minas” e se destacou, alcançando milhões de pessoas com a sua poesia “A menina que nasceu sem cor”. Em 2020, publicou, com a Grandir Edições, o seu livro de estreia, intitulado *A menina que nasceu sem cor* (2020) e, junto da editora Jandaíra, adaptou a obra para o público infantil e juvenil. Posteriormente, publicou *Cartas de amor para mulheres negras* (2022) e *Desamada: um corpo à espera do amor* (2024).

Este estudo tem como objetivo discutir a afirmação da identidade racial na obra infantojuvenil brasileira *A menina que nasceu sem cor* (2020), da poeta Midria. A autora, por meio da narrativa, registra os caminhos que fizeram a personagem se entender como negra e reivindicar a potência de suas raízes. Essa obra pode ser considerada semiautobiográfica, uma vez que a protagonista tem o nome da autora, Midria. A narrativa entrelaça as experiências de vida da própria autora com o enredo, amplificando suas subjetividades.

Desta maneira, trata-se de um estudo que caminha pela via da revisão bibliográfica, e parte de uma abordagem teórico-metodológica relacionada à Teoria Pós-Colonial, com o intuito de confirmar a importância de chamar a atenção aos aspectos relacionados às subjetividades de crianças e de adolescentes negros que sentem que não são pertencentes ao mundo desde pequenos. Como aporte teórico,

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para se referir ao poeta que participa das competições de poesias faladas (*slams*).

<sup>2</sup> Refere-se à pessoa responsável pela apresentação e pela organização de eventos de *slams*.

foram utilizadas as discussões de Hall (2006), Kilomba (2019), de Devulsky (2021), de Adichie (2019), entre outros. Assim, infere-se a necessidade de questionar uma visão de mundo eurocêntrica que tenta apagar a subjetividade de pessoas negras e apagar da história grupos que também participaram do processo de formação do Brasil.

Isso posto, o conceito de escrevivência, conceituado por Conceição Evaristo (2009), é articulado neste trabalho, por compreender que as escritas de vida não se desvencilham da produção literária. Observa-se nesse ínterim que é fundamental que a academia reconheça a existência de um fazer cultural, político e intelectual que refuta a hierarquização histórica e cultural de saberes. Nesse sentido, a fusão de escrita e vivências é profundamente vinculada à subjetividade:

Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influiu e influi em minha subjetividade. E pergunto: será que o ponto de vista veiculado pelo texto se desvencilha totalmente da subjetividade de seu criador ou criadora? (Evaristo, 2009, p. 02).

Com base no questionamento de Evaristo sobre a subjetividade do autor presente e influente na obra literária, apresenta-se uma análise do texto elencado.

## 2. Negra sim!

“Filha de um pai negro como o céu estrelado de uma noite de verão e de uma mãe branca como a lua cheia, a menina Midria nasceu” (Pereira, 2020, n.p). De partida, no início do livro, a narradora-personagem, descreve a sensação de não lugar, experienciado por ela como uma menina negra de pele clara, reforçada pelo uso da símile comparando os pais da protagonista a elementos do espaço. Para ilustrar melhor essa problemática, observa-se o seguinte trecho: “Midria cresceu sabendo que sua mãe e seu pai tinham cores bem definidas. A menina, porém, *não era preta como o céu da noite nem branca como a lua*. Tampouco encontrava algo no céu que se parecesse com ela. *E se sentia sem cor.*” (Pereira, 2020, n.p, grifo nosso).

Nota-se a relevância dada à cor, logo nas primeiras páginas do livro, usada para diferenciar os sujeitos. Como os pais têm sua cor bem definida, associadas ao universo, a protagonista procura no mesmo local, o céu, elementos que também indiquem sua cor. Suas raízes partem de duas instâncias espaciais, mas, diferente de seus pais, ela não encontra lá qualquer identificação, marcando, portanto, sua miscigenação. Nesse contexto de não pertencimento, ela se questiona a respeito de sua identidade. Até que alguém diz que ela é mulata. De maneira acessível e didática, é apresentada a origem dessa palavra:

Alguém disse que ela era *mulata*, mas Midria descobriu que essa palavra não era uma maneira gentil de se referir a uma pessoa. Isso porque uma versão que explica a origem dessa palavra diz que ela vem de mula, um animal filho do cruzamento do cavalo com a jumenta, ou da égua com o jumento (Pereira, 2020, n.p, grifo nosso).

É fato que as novas identidades da pós-modernidade incomodam um padrão de poder racista, uma vez que rompem com a ideia de sujeito unificado. Isso posto, o termo destacado é uma criação da colonização e, ainda, é utilizado com frequência na atualidade, por ignorância por parte de algumas pessoas, mas como forma de marginalização por outras. Sobre isso, Kilomba (2019) discute que o termo tem “a função de afirmar a inferioridade de uma identidade através da condição animal” (Kilomba, 2019, p. 19).

O conceito de “mulato/a” pode ir muito além da ideia do sujeito miscigenado atrelado a uma visão animalesca. Em se tratando das mulheres, há um significado relacionado à sexualização de seus corpos. A respeito disso, Gonzalez (2020) fala sobre a tríplice discriminação sofrida pela mulher negra no Brasil, sendo elas raça, classe e gênero. O racismo, enquanto construção ideológica, e o sexismo geraram imagens estereotipadas e rótulos que categorizam corpos a partir da construção da diferença. No Brasil, segundo a autora, foi atribuído a um mesmo sujeito os termos “mulata” e “doméstica”. A naturalização do racismo e o mito da democracia racial têm grande culpa.

Para ela, o carnaval é uma forma de atualização do mito, já que “é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha” (Gonzalez, 1984, p. 228). Dessa maneira, a mulher negra esteve condicionada e reduzida ao seu corpo, o qual só é apreciado no carnaval. Ela afirma que esses estereótipos criados pelo racismo e pelo sexismo colocam a mulher negra no nível mais alto da opressão (Gonzalez, 2020).

Dessa maneira, Gonzalez (2020) expõe que a representação de mulheres negras brasileiras se molda dentro de imagens engessadas, como a da doméstica e da mulata. Ou seja, foram projetados estereótipos dentro da cultura brasileira, que, ainda, permeiam o imaginário social. Ela aponta que “doméstica” e “mulata” são dois tipos de qualificação “profissional” que cumprem a função de animalização e hipersexualização das mulheres negras (Gonzalez, 2020). A teórica ainda ressalta que existe, no Brasil, uma “profissão” de mulata exportação, em que os corpos das mulheres negras são vendidos para o exterior como mercadorias, assim essas imagens de sexualidade exacerbada estão ancoradas no período colonial.

Compreende-se, assim, que o uso do termo “mulata” para descrever a cor da criança registra um estereótipo que lhe é imputado muito cedo, quando mal conhece as particularidades e preconceitos atrelados a ele. Preocupa, portanto, o uso indiscriminado da palavra para designar qualquer pessoa, mas, em especial, para uma criança.

Ainda na busca por sua identidade relacionada a sua cor, a protagonista do livro infantil em tela é chamada de parda: “Também disseram que ela era *parda*<sup>3</sup>, mas Midria achou estranho, porque, na escola, o que chamavam de pardo era o papel usado para desenhar. Pensando bem, melhor não” (Pereira, 2020, n.p, grifo da autora).

Com relação a isso, suscita a questão relacionada ao “pardismo”, nem preta, nem branca, parda? Esse questionamento perpassa a subjetividade de pessoas negras de pele clara. Na convivência com os brancos, surge a falta de identificação e a constante pergunta: quem sou eu? De onde eu vim? A expressão, então, torna-se um pouco confusa. Sulamita Rosa, doutoranda em educação, contribui com essa discussão ao afirmar que:

---

<sup>3</sup> No livro, a autora, de forma didática, descreve em uma página a definição do termo parda: “Termo que se refere a pessoas que nasceram da mistura de duas “raças” ou “cores” diferentes. Há também a denominação “preta” e ambas – preta e parda – podem se referir a pessoas “negras”. “Cor e raça” é uma das categorias utilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), órgão público que analisa informações sobre a população e o território brasileiros” (Pereira, 2020, n.p).

Os pretos e pardos são a população negra. Quanto ao colorismo, existem as pessoas negras de tonalidade de pele mais clara, que são os pardos e as pessoas negras retintas, com a pele mais escura, que são os pretos. (...) Preto de pele clara não existe, porque pessoas pretas são negras de pele escura/retinta (*dark skin*). Já as pessoas de cor parda são negras de pele clara (*light skin*). Isso te torna mesmo negro? Claro que não. Somente apresenta a diversidade de tons da pele negra, que também é plural e diversa (Rosa, 2022, n.p, grifo nosso).

O que fica evidente na visão da protagonista é que sua cor é associada a dois elementos não humanos: o primeiro deles é o animal e o outro um papel utilizado para desenhar. Constata-se a degradação da miscigenação, isto é, quando o branco se associa ao negro, o resultado é algo não-humano ou mesmo um objeto.

Observam-se, também, em *A menina que nasceu sem cor* (2020), outros trechos que reforçam a sensação de uma ausência de identidade, já que o pai da menina foi embora quando ela era pequena. Desse modo, “Midria cresceu cercada do afeto de pessoas diferentes dela. Como uma semente colocada no mundo sem a luz de um céu estrelado que a ajudasse germinar” (Pereira, 2020, n.p). Novamente, a metáfora do céu estrelado, que simboliza o pai da menina, é utilizada para mostrar sua origem e, também, reforçar a relevância do afeto parental.

A ausência do pai é um fator determinante para a formação da subjetividade da protagonista e para o seu processo de identificação. Sendo filha de uma mãe branca, provavelmente crescerá em um contexto majoritariamente branco, que pode gerar lacunas no seu processo de construção de identidade. Isso corrobora o que Hall sinaliza sobre as lacunas da identidade, que, segundo o autor, podem ser completadas por elementos alienados: “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (Hall, 2006, p. 39, grifos do autor).

Em se tratando da identidade a partir de uma perspectiva racial, recorte do presente estudo, Hall (2006) afirma que:

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles *sistemas de representação e práticas sociais* (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo (Hall, 2006, p. 63, grifo nosso).

A articulação da representação sugere a ideia de se tornar diferente daquelas pessoas que detêm o poder de se determinarem como “padrão”, livres de qualquer parâmetro avaliativo. A cor da pele gera não só uma representação visual de alguém diferente desse padrão, mas uma ideologia que abarca muito além da derme. Raça, portanto, não se reduz à cor, mas ao pertencimento e à exclusão. Se alguém é negro ou não-branco, não é completo, chegando ao ponto de ser associado aos animais não-humanos ou a um objeto.

Não bastassem os questionamentos acerca da cor de sua pele, a narradora-personagem vai se deparar com outros aspectos que são inerentes aos sujeitos negros: o cabelo crespo como símbolo de identidade. A primeira dificuldade de Midria é a raiz de seu cabelo, já que não é igual ao da família com quem cresce. Isso implica a dificuldade da mãe branca nos cuidados de suas madeixas:

Os cabelos da mãe de Midria eram escorridos como as quedas d'água de uma cachoeira, por isso ela não sabia como cuidar do cabelo todo enroladinho da menina. Era mais fácil também derreter os cachos da filha em cachoeira. / Quando completou 10 anos, sua mãe a levou para fazer um *relaxamento*<sup>4</sup> no cabelo. Midria não ficou nada relaxada. Pelo contrário, passou a ficar ansiosa e apreensiva sempre que descobria as raízes do cabelo crescendo em toda a sua grandiosidade (Pereira, 2020, n.p, grifo da autora).

Primeiramente, identifica-se um recurso estilístico de transposição do sentido literal para o figurado, a metáfora. Abordar um tema de identificação racial é bastante sensível e complexo, assim a autora faz uso de metáforas em “cabelos escorridos como as quedas d'água de uma cachoeira” e em “derreter os cachos da filha em cachoeira”, com o intuito de tecer uma linguagem poética para o imaginário infantil e não produzir a ideia do que caracteriza um cabelo “bom” ou “ruim”, tal qual foi comumente estabelecido pelo binarismo branco x negro.

Midria escondeu, por muitos anos, seu cabelo natural, uma vez que o contexto em que a menina cresce é permeado por perspectivas brancas, que se traduziam na ideia de que a melhor maneira de a acolher era aproximá-la dos padrões brancos. Isso gera um lugar de desconforto, uma busca incessante de se encontrar para além da estética. Além disso, as raízes do cabelo crespo simbolizam não apenas a imagem visual da garota, mas toda uma gama de significados associados às suas origens africanas.

Durante o processo de colonização, o binarismo foi uma importante ferramenta para o colonizador moldar o colonizado. A partir da criação de categorias para classificar os sujeitos, ao negro foi designado o patamar mais baixo, uma categoria muito distante do ideal, o europeu. Assim, como forma de minimizar sua inferioridade, muitos desses sujeitos passaram a incorporar valores e estéticas (roupas, modo de falar, penteados etc.) particulares dos brancos. O alisamento do cabelo, por exemplo, realizado com ferros quentes sobre as madeixas, foi e ainda é uma prática comum que contribui para o apagamento das raízes negras e a aproximação do cabelo do europeu.

A protagonista, em um primeiro momento, mesmo desconfortável com o procedimento estético, aceita a tentativa de aproximá-la da mãe e de seus familiares brancos, porém, à medida em que a narrativa progride, é ressignificado e a menina passa a dar início ao processo de resgate de si mesma e de sua ancestralidade:

Uma manhã, a menina se olhou no espelho, como fazia todos os dias, buscando se encontrar. E percebeu que seu cabelo poderia ser cheio de cor, das cores que ela não enxergava em si. Negro, armado e imponente, repleto de histórias que menina sequer imaginava. Nesse dia uma voz sussurrou em seu ouvido: *Deixa crescer, deixa crescer, menina. / O teu cabelo só te ilumina. / Tua estrela-Ori<sup>5</sup> pra brilhar chegou. Ver tuas raízes é enxergar o amor. / O povo em ti só há de ver o amor. / O povo em ti só há de trazer amor* (Pereira, 2020, grifos da autora).

---

<sup>4</sup> A autora define na obra o que é o procedimento “é um tipo de alisamento químico realizado em cabelos cacheados e crespos” (Pereira, 2020, np).

<sup>5</sup> Na obra, é apresentado o significado da palavra: “Na cultura Yorubá, a palavra significa cabeça. A partir daí, para o povo do Candomblé, passou a significar a intuição espiritual e o destino de cada pessoa. Um guia individual que ajuda cada um no cumprimento de seu destino, acompanhando-o antes do nascimento, durante a vida e após a morte” (Pereira, 2020, n.p).

Aqui, resgata-se a origem por parte do pai que é descrito previamente como um céu estrelado, por meio da menção à estrela-Ori. A palavra “raízes” também carrega conotações que não se tratam apenas das raízes de seus cabelos, mas suas raízes ancestrais. Ao começar a enxergar o invisível, a autoestima, percebe-se um movimento de empoderamento, uma vez que a menina vivencia uma dinâmica de desconstrução e de reconstrução da sua autoimagem, que, por sua vez, é social, cultural e marca qual é o lugar que ela quer ocupar na sociedade.

Ao pensar sobre a arte como artefato propagador de novas visões de mundo e desconstrutor de reducionismos, o posicionamento da protagonista pode contribuir para o empoderamento de crianças e de adolescentes negros e negras, pois contribui para o que a escritora Joice Berth argumenta a respeito da autoimagem e representação:

Esvaziar conceitualmente o empoderamento pelo argumento falacioso da busca simplista pela estética perfeita seria reduzi-lo a uma simples exaltação caricata e fragilizada de uma beleza dissociada das raízes negras, da ancestralidade africana que carregamos e da herança que isso representa, iniciando, a partir desse entendimento, um movimento de valorização real e afetiva de cada elemento do nosso fenótipo que é ridicularizado e desvalorizado pelos sistemas de dominação que se servem largamente da alienação de nossas características positivas e da distorção de nossa autoimagem (Berth, 2019, p. 76).

A partir de um processo de ressignificação, Midria passa por um fortalecimento gradual de admiração da própria imagem. Isso justifica o porquê do cabelo como símbolo de identidade não se limitar à estética, visto que há uma relação profunda com raízes negras ancestrais e se torna um ativismo poderoso de autoafirmação. Em outras palavras, há uma solidificação da subjetividade que diz “não à negação e à rejeição”.

Por outro lado, é necessário destacar que apenas a construção positiva da autoimagem não basta para a autoafirmação da pessoa negra, já que é apenas um dos pilares desse processo. Nos seguintes trechos é expressada a dificuldade de passar pela transição capilar:

Midria ouviu encantada aquela canção e se sentiu com toda a força das ancestrais que ela carregava. Porém, deixar o cabelo crescer não foi uma das tarefas mais fáceis. Além de não conhecer mulheres com o cabelo como o seu, a menina não tinha bonecas parecidas com ela, nem amigas, nem parentes (Pereira, 2020, n.p).

Ao mesmo tempo em que a protagonista ressignifica uma das características de expressão de identidade negra, ela ainda encontra lacunas relacionadas à falta de representatividade e de identificação. Uma delas é o fato de meninas negras não brincarem com bonecas negras, o que além de ser um reflexo do embranquecimento do Brasil, é também um resultado do racismo, da junção da manutenção de poder e da produção de preconceito, os quais determinam o que é belo ou não, o que é bom ou ruim. Para além do livro em si, a discussão suscita a problemática da representação de pessoas negras e sua cultura na sociedade. Se uma criança cresce em um ambiente que não exhibe representações de si, como identificar-se ou criar uma identidade unificada? Acerca da ausência da diversidade na literatura, Alves argumenta que:

[...] a falta de representatividade na literatura pode acarretar diversos problemas que ultrapassam a questão da invisibilidade, porque, ao não se enxergarem como sujeitos cujas experiências merecem as páginas dos livros, tais indivíduos compreendem que suas histórias não importam (Alves, 2022, p. 41).

A obra em tela, ao contrário, apresenta a Midria criança, de 10 anos, e marca uma passagem para a adolescência. É evidente, nesse processo, a escolha de assumir seu cabelo natural, sem alisamento, ou seja, é um ponto de partida para que ela busque a origem de suas raízes. Isso pode ser visto no trecho: “Quis buscar a história que pesava há tantos anos sobre seus ombros e a fazia desprezar os traços herdados do pai” (PEREIRA, 2020, n.p). A linguagem poética envolvendo a história que pesa nos ombros da pequena criança estabelece a relação com a existência dos povos africanos, que foram esquecidos ou empurrados para as margens da História. É possível inferir que a Midria criança sabe que há algo errado com a terminologia colonial “mulata” e se sente confusa ao ser chamada de parda, porém não identifica o porquê. Ela começa a buscar respostas para suas perguntas e descobre como o racismo e seus desdobramentos, como o colorismo, afetam sua própria vida. Devulsky (2021) afirma que: “a primeira forma pela qual o colorismo afeta negros claros é criando essas barreiras ideológicas no interesse natural que todo ser humano tem por compreender suas origens” (Devulsky, 2021, n.p). Para ilustrar isso, observa-se o seguinte trecho:

E começou a perguntar, perguntar, perguntar e perguntar, e descobriu que existia uma coisa chamada *racismo*. Descobriu também que o jeito como ela mesma se enxergava era influenciado por teorias como o *colorismo*. E por toda uma cultura que sempre valorizou muito mais pessoas brancas como a lua, feito sua mãe, tornando invisíveis pessoas negras como o céu estrelado de verão, feito seu pai (Pereira, 2020, n.p, grifos da autora).

A autora, didaticamente, apresenta aos leitores as definições de racismo<sup>6</sup> e de colorismo.<sup>7</sup> De forma tática, a escolha de apresentar essas e outras definições ao longo da obra é uma maneira de mostrar aos leitores infantis como as relações raciais modelam a sociedade, além de ajudar a construir outras perspectivas de mundo, de entender e ressignificar a história e as identidades. Sabe-se que o Brasil é um país que estruturou sua modernidade a partir do embranquecimento como estratégia de extermínio e de apagamento da população negra, como bem podemos observar, inclusive, na literatura destinada ao público infantil do início do século XX (Gouvêa, 2005). A personagem, neste momento da obra, passa a entender alguns processos de violência que estabelecem a cultura branca como superior, assim:

A menina então estudou, estudou e estudou, e entendeu que mulheres e homens negros foram incentivadas e incentivados a se unir a pessoas brancas, muitas vezes de maneira violenta, para construir famílias embranquecidas; para *limpar* o Brasil da cor e da cultura negras (PEREIRA, 2020, n.p, grifo da autora).

---

<sup>6</sup> “É a ideia de que existe uma hierarquia entre “raças” ou “etnias”. No Brasil, essa diferença gera desigualdade e se torna uma forma de opressão que favorece pessoas brancas e inferioriza pessoas negras e indígenas (Pereira, 2020, n.p).

<sup>7</sup> “É um fenômeno que gera discriminação das pessoas negras conforme seu tom de pele e suas características físicas. Pessoas negras de pele mais clara, com menos pigmento (com tons mais próximos da pele de pessoas brancas), sofrem menos racismo e opressões. Quanto mais retinta uma pessoa é, mais opressão ela sofre (Pereira, 2020, n.p).

Mais uma vez, a autora apresenta ao público infantil a explicação de outro termo: limpar (eugenia). A eugenia, como teoria e movimento científico e social, pregava que havia uma diferença genética entre brancos e negros, além de promover uma “limpeza” social com a finalidade de embranquecer a sociedade. No contexto brasileiro, a mistura de raças, ou seja, a miscigenação, foi desencorajada para que esse objetivo fosse alcançado. Assim, Midria explora esse conceito e desromantiza a questão da miscigenação. Nas palavras dela:

No fim do século 19 surgiu uma teoria chamada eugenia. Os eugenistas pregavam que havia uma diferença genética entre os brancos e os negros que deixava estes últimos em desvantagem, e pretendiam promover uma “limpeza” na sociedade, embranquecendo-a totalmente (Pereira, 2020, n.p).

De tanto ler, aprender e estudar, a personagem encontra o seu lugar no mundo e (re)conhece o orgulho de pessoas negras que vieram antes dela, como Conceição Evaristo, Marielle Franco e Dandara dos Palmares: “a menina entendeu que outras crianças como ela devem ter o direito de conhecer sua própria história, reconhecendo e tendo orgulho das pessoas que, antes delas, lutaram para encontrar seu lugar e mostrar sua cor ao mundo” (Pereira, 2020, n.p). O trecho supracitado aponta, também, o poder que a representatividade tem na educação formal inferindo que se as escolas oferecessem mais materiais sobre e escritos por maiorias minorizadas, poderia ser estabelecido um panorama diferente em relação ao racismo. O problema é que não há interesse de se reconhecer a herança e produção de pessoas negras.

Além disso, a autora mostra que um caminho promissor é a persistência por meio da educação, isto é, se a escola não oferece, é urgente criar outras formas de disseminação. Apesar de não ser o ideal, essas novas maneiras podem se caracterizar como formas de resistência. Midria, então, passa por uma mudança de percepção, salva-se do perigo de uma história única (2019), discussão desenvolvida por Adichie:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende de muito poder (Adichie, 2019, p. 6).

Corroborando com essa ideia, Grada Kilomba (2019) discute que se alguém pode falar somente quando sua voz é ouvida ou autorizada, existe um espaço de não pertencimento construído e reforçado ao longo da história, ou seja, dentro da lógica colonial há uma epistemologia dominante que determina quem tem direito à voz e à humanidade que deve ser rompida, retirando o lugar confortável do colonizador.

Por fim, Midria passa por um movimento de descolonização do eu, à medida que existe uma narrativa potente que fala a partir de um lugar, um olhar, uma história. A constante necessidade de se tornar sujeito é colocada em prática. Em outras palavras, tornar-se a oposição absoluta à herança colonial, como nas palavras de Kilomba: “enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história” (Kilomba, 2019, p. 28).

Dessa maneira, este movimento de objeto a sujeito representa um ato tanto político quanto de descolonização a fim de se opor à realidade sedimentada erroneamente no mundo moderno. Este trecho expressa essa ação: “Por isso é que ela escreveu este livro. Para deixar de ser a menina que nasceu sem cor. Para se tornar a menina que carrega no corpo o orgulho imenso de poder gritar: eu sou... NEGRA!” (Pereira, 2020, n.p).

É possível afirmar que a autora é assertiva ao usar uma narradora em primeira pessoa e personagem da própria história, já que essa escolha nos aproxima da ideia da escrita como transformação e como ato de descolonização. É ela quem escreve a própria história e fala da sua realidade, e não quem é descrita a partir da perspectiva branca:

escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (Kilomba, 2019, p. 28).

Desse modo, a literatura dirigida a crianças que, por muito tempo, conforme afirma Gouvêa (2005), foi excludente ou mesmo corroborou a disseminação de caricaturas e estereótipos sobre os povos africanos e seus descendentes abre espaço para vozes suprimidas e corpos rejeitados.

### Considerações finais

Este estudo procurou analisar a afirmação da identidade racial na obra infantojuvenil brasileira, *A menina que nasceu sem cor* (2020), da escritora Midria. O livro promove um encontro com o público infantil e juvenil negro que estão em processo de formação de suas subjetividades, visões de mundo e em busca de respostas para compreender as suas identidades. Logo, um olhar para si com afeto e com amor é possibilitado, além do estabelecimento de uma construção positiva da autoimagem, diferente do que é – e foi – associado a imagem de pessoas negras, o ‘ruim’, o ‘negativo’.

No recorte analisado neste artigo, destacam-se o cabelo e a pele como símbolos de identidade negra e o processo de descolonização de compreensão interna e externa da autoimagem. Se a literatura infantil refletiu as estratégias de embranquecimento e de mestiçagem, assim como o reforço dos estereótipos, são urgentes e necessárias a incorporação e a valorização de livros multiculturais nas escolas, bibliotecas ou em outros contextos nos quais as crianças estão inseridas. Isso reflete na formação da sociedade e vem como bálsamo para as feridas da colonização, sobretudo para as crianças negras, pretas retintas ou de tonalidade mais clara. Também é uma forma de humanizar e proporcionar o desenvolvimento da empatia, ao se tratar dos leitores brancos. Mas esta é outra conversa que exige um processo de intensa desconstrução e um olhar crítico ao privilégio branco.

Como pesquisadoras e pesquisadores, temos o dever de desnaturalizar discursos racistas e promover a valorização de narrativas negras. Além disso, é nossa responsabilidade buscar obras literárias que contribuam para a construção de uma educação antirracista. Durante muito tempo, a perspectiva branca dominou as narrativas e distorceu a história, o que é extremamente prejudicial. Em última análise, a obra de Midria funciona como um espelho e uma porta para que mais crianças que nasceram “sem cor” possam se sentir parte integrante do mundo desde a infância. Dessa forma, ao

promovermos a representatividade nas obras destinadas a esse público, estamos não apenas buscando estratégias de combate ao racismo, mas também contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e justa.

### Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Érica Fernandes. Panorama da literatura juvenil de maiorias minorizadas: algumas discussões. IN: FRANÇA, Fabiane Freire; COQUEIRO, Valdete dos Santos; COQUEIRO, Wilma dos Santos (orgs). *Entre afro-[r]existências: (re)construindo conceitos e histórias*. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte: v. 13. n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6160270>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização, Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e pesquisa*, v. 31, p. 79-91, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/hZmCNP5MtfGB3CDvRbM8nFF/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A; 2006.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PEREIRA, Midria. *A menina que nasceu sem cor*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ROSA, Sulamita (@rosamefricana). 2020. “Existe preto de pele clara?”. Instagram, data 1 de dezembro de 2022. <https://www.instagram.com/p/ClpEKlev8ap/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>.

SANTOS, Richard. Campos da maioria minorizada: territórios negros. Correio Braziliense, 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2020/09/4878123-campos-da-maioria-minorizada-territorios-negros.html>>. Acesso em: 4 dez. 2022.